

POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA: BREVE ANÁLISE

Paula Regina de Oliveira Cordeiro/Universidade Federal da Bahia

paulareginacordeiro@gmail.com

Climaco Dias/Universidade Federal da Bahia

clímaco@ufba.br

RESUMO

O presente artigo pretende analisar a política de segurança pública com cidadania, aplicada pelos executivos Estadual e Federal no período de conformidade política entre estes. Serão tecidas considerações teóricas acerca das dinâmicas socioespaciais que envolvem tais políticas em Salvador, focando o Bairro do Calabar, através da implantação recente da Base Comunitária de Segurança. Conceitos de Estado, cidadania e democracia amparam a argumentação teórica deste artigo.

Palavras-chave: Segurança Pública; Cidadania; Estado; Base Comunitária de Segurança

Segurança Pública com Cidadania e a Base Comunitária de Segurança, do que se trata?

Uma necessária contextualização

É notório que as políticas do Estado brasileiro vêm sofrendo modificações, consequências direta da “velocidade das transformações técnico-produtivas operadas pelo processo de acumulação do capital nos últimos 30 anos” (PANIAGO, 2000, p.1) que tem sido acompanhada “por uma não menos veloz mudança nos discursos, tanto dos representantes do capital, como das forças políticas organizadas do trabalho” (PANIAGO, 2000, p.1).

Esta mudança que tem como marco a queda do *Welfare State* (Estado de bem-estar social), que através de reformas sociais promoveu distribuição de ganhos à força de trabalho, sem comprometer a lógica e reprodução do capital. Com o fim dessa fase expansiva do capital pós-guerra, inaugura-se, na década de 1970, um novo período de crise. Crise que colocou em cheque a possibilidade de controle do capital.

Para o húngaro Istvan Mészáros, trata-se de uma crise sem precedentes na história da humanidade, uma crise em que a estrutura do sistema regido pelo capital está sendo colocada à prova. Para ele:

Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global. (MÉSZÁROS, 2011, p. 796-797).

Portanto, a crise que se desenvolve atualmente põe em questão a própria existência do modo de produção em vigor: o capitalista. Essa constatação se deve ao fato de que a crise da qual nos referimos tem um *caráter universal*, possuir um *alcance* que é verdadeiramente *global*, com uma *escala de tempo permanente* (ao invés de cíclica) e apresenta o modo de desdobramento *rasteiro*¹.

Para Mészáros – tomando como ponto de partida a possibilidade ontológica da revolução socialista e a necessidade de se transcender o atual complexo global e substituí-lo por outro – é necessário que encaremos o fato do capital possuir um mecanismo incontrolável, caso contrário o trabalho continuará sofrendo derrotas ao tentar disputar o império do capital.

Com a crise de 1970, “os ideólogos do *welfare state* tiveram que encontrar uma alternativa à socialdemocracia e a manutenção do poder” (PANIAGO, 2000, p.2). Percebam! Aqui a possibilidade de rompimento radical com o sistema de exploração não está posto e, é dentro desse espírito mediador que surge a tese da “terceira via” que, como nos diz Cristina Paniago, é fundada a partir da necessidade de um consenso de centro-esquerda para o século XXI defendidos, principalmente, por Tony Blair e pelo trabalhismo inglês. Tal perspectiva estava assentada no equilíbrio entre o neoliberalismo e a socialdemocracia:

A ênfase no equilíbrio entre os princípios neoliberais e socialdemocratas vem francamente expressa na intenção de torná-los capazes de gerenciar a crise do capital, de serem “a alternativa” ao bom desenvolvimento do capitalismo, mesmo que isso signifique se afastar de seu, ainda que tênue, compromisso com os trabalhadores, e de reafirmar a supremacia do mercado no âmbito da produção material e da reprodução social. (PAGIANO, 2000, p.4).

¹ Quatro aspectos elencados por Istvan Mészáros, em Para Além do Capital, páginas 795-796.

No Brasil, pelo seu próprio desenvolvimento histórico, com características que se diferenciam “tanto do padrão de evolução do capitalismo europeu, norte americano ou japonês, como também do desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo” (LESSA, 1996, p.1), permitiu com que este país, até a década de 1930, possuísse uma estrutura agrário-exportadora, passando por um processo de redemocratização (1978-1985) o qual:

[...] não passou de uma transição negociada «pelo alto» que alterou apenas a forma, e não a substância, da dominação. A atual «democracia» brasileira cumpre a função histórica de manter no poder, com poucas mudanças, a mesma coalizão das classes proprietárias dominante desde 1964. (LESSA, 1996, p. 2).

E que culmina na formação incompleta das suas classes sociais, com exceção da velha oligarquia rural.

Em outro artigo (CORDEIRO, DIAS, SILVA, 2012) discutiu-se de que forma se deu a junção entre a proposta de consenso exposta por setores da esquerda mundial e o paternalismo e o servilismo típico das camadas camponesas e herdada pela sociedade moderna brasileira, com a posterior adequação da pauta do socialismo democrático e, posteriormente, a bandeira da democracia direta sobre o horizonte de emancipação humana, o socialismo. Viu-se que uma das sínteses desse processo foi a criação do Partido dos Trabalhadores em 1979, e sua busca pela democracia direta e manutenção das classes sociais.

Na análise que se segue serão considerados a militarização e os desdobramentos das políticas adotadas pelo Governo Federal na área de segurança pública, tendo como marco a crise estrutural do capital e políticas como o PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – e planos, em escala estadual (nesse caso, do estado da Bahia).

Breve reflexão sobre os conceitos de Estado e Cidadania

Vimos que com a consolidação do governo do PT em 2007, as políticas de Estado também se transformam, conceitos como cidadania e segurança comunitária começam a se fazer presente nos discursos dos ministros, coronéis, e chefes do executivo federal e estadual.

É necessário entender que isso se dá pela mudança de concepção trazida pelos atuais gestores de que “não se poderia falar de uma natureza de classe, mas de uma utilização de classe do Estado” (POULANTZAS, 2000, p.12) e pelo atual momento vivido pelo capital, que é de crise. Com isso, se torna necessário que a sociedade civil e as forças populares² entrem e disputem a correlação de força parlamentar, apontando a máxima de que “se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é também por elas monopolizado” (POULANTZAS, 2000, p.12)

Daí deriva a ideia de que o Estado pode ser um auxiliar na transformação da realidade, cabendo aos setores progressistas à disputa na correlação de forças parlamentares. No Brasil, desde a chegada do PT no poder, boa parte dos setores de esquerda entenderam que o problema do Estado está na gestão, quando não em “deficiências acidentais intencionais da administração” (MARX, 2010, p.59).

O que não se leva em conta nessa análise é que “O Estado não pode eliminar a contradição entre função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição” (MARX, 2010, p.60). E que, mesmo se o Estado moderno quisesse acabar com os seus problemas administrativos, este esbarraria na sua essência, como nos diz Ivo Tonet ao fazer referência a Marx: “O Estado é, essencialmente, uma expressão e um instrumento de reprodução dos interesses das classes dominantes, portanto, um instrumento de opressão de classe” (TONET, 2010, p.22).

Marx é mais enfático ainda na impossibilidade do Estado conseguir resolver os chamados problemas administrativos: “Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela.” (MARX, 2010, p.61).

Portanto, a ideia hoje apresentada de que “não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo.” (PT, 1979, p. 6) tem ligação com a concepção de Estado em voga, desconsiderando, portanto, que não há como o

² A separação entre Estado e a organização da sociedade é um traço marcante dessa nova governabilidade. Marx nos diz: O Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. (MARX, 2010, p.59)

Estado tomar medidas democráticas e que eliminem os problemas sociais, já que ele é um instrumento de reprodução das relações sociais de trabalho.

Outro termo muito encontrado nos programas de segurança pública é a questão do fortalecimento da democracia no Brasil. Pergunta-se: porque a esquerda atual pauta o fortalecimento da democracia como via para uma mudança social? Uma parte da pergunta se responde entendendo que o processo extremamente vertical da experiência soviética nos legou um apelo enorme pelas liberdades políticas. Para alguns, a falha, que estava no campo político, poderia ser curada ao introduzir a democracia como sendo o caminho para a transformação social: “Se antes a democracia era considerada um valor particular burguês, agora era entendida como um valor universal, ou seja, um instrumento capaz de contribuir para o enriquecimento do gênero humano.” (TONET, p.2).

A atuação dos setores da esquerda brasileira se dá agora no sentido de ajustar o velho sonho de transformação radical à democracia, trazendo consigo a ideia de que é necessário que todas as forças progressistas (isso foi feito pelo PT e agora está sendo feito por outros setores mais à esquerda) se unam na disputa do Estado para a ampliação da democracia e a conquista da cidadania.

Então quer dizer que o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o PRONASCI, que surge em 2007 tem total relação com a concepção de sociedade e Estado trazida pelo Partido dos Trabalhadores no Brasil? Sim! Vejamos então qual o chão social da cidadania e como ela se reverbera na administração PT.

É necessária aqui a compreensão de que a ideia de cidadania surge com a teoria liberal burguesa em contraposição direta à liberdade plena – que pressupõe alto grau de desenvolvimento tecnológico, diminuição do tempo de trabalho necessário, substituição do trabalho assalariado pelo associado e a substituição do valor de troca pelo valor de uso – e parte da hipótese de que todos os homens são iguais e livres por natureza, sendo as desigualdades sociais consequências naturais do desenvolvimento da igualdade e da liberdade.

Com a naturalização da desigualdade social e a concepção de que os cidadãos são sujeitos de direitos e deveres, a cidadania passa por um processo de entificação, “sempre vista como um instrumento não para erradicar, mas para equilibrar as desigualdades sociais” (TONET, 2001, p.64). É importante lembrar que os teóricos liberais jamais afirmaram que a democracia e a cidadania fossem

“instrumentos para supressão total das desigualdades sociais, justamente porque estas são consideradas insuprimíveis” (TONET, 2001, p.65).

Mas, como ideias tão contrárias ao terreno da esquerda se tornam bandeiras desta? Em primeiro lugar, assim como o Estado não está vinculado ao domínio de classe, a cidadania não tem uma vinculação essencial com o capitalismo e que, como nos diz Tonet (2001) a ideia de que embora a cidadania moderna tenha suas origens no interior da sociedade capitalista, ela não é uma categoria que se esgote nesta forma de sociabilidade. Nas palavras de Marilena Chauí:

Dizemos que uma sociedade (...) é democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos 3 poderes da república, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é a condição do próprio regime político, ou seja, quando institui direitos. A sociedade democrática institui direitos pela abertura do campo social à criação de direitos reais, à emancipação de direitos existentes e à criação de novos direitos (CHAUÍ apud TONET, 2001, p.69).

A democracia proposta por Lefort, Chauí, Milliband e seguidas pelos *ideólogos* do PT, traria elementos próprios da democracia liberal, porém teria como diferencial a democratização do Estado e a ampliação de direitos cidadãos. Por que consideramos essa forma de pensar extremamente prejudicial e quais as suas consequências objetivas?³

Ao desconsiderar a origem ontológica do Estado, dos conceitos de democracia e cidadania e considerar a política como insuperável, passa-se a acreditar que é possível apenas, reformar o mundo em que vivemos. Tal reforma vem se mostrando impossível (o *Welfare State* e a decadência da social democracia na Europa são exemplos cabais) pelo fato de ser o capital “um modo de controle metabólico social incontrolável”⁴ e que, as tentativas de enclaves estão fadadas a cooptação ou ao fracasso, como no caso da Polícia Comunitária.

Sem romper com o marco da democracia, a esquerda acaba colocando como eixo da luta o parlamento dando origem a um reformismo inevitável e a uma posterior degeneração, no caso da atual administração. Por não considerar mais ser possível a emancipação humana, o Executivo tenta desenvolver políticas que consigam controlar as populações indóceis e, ao mesmo tempo, aumentar o nível de democracia no país e no atual momento de crise estrutural, tentar controlar o

³ Por se tratar de um artigo, não se entrará na questão de forma densa, para isso consultar o capítulo 2 da tese de doutoramento do Professor Ivo Tonet “Educação, cidadania e emancipação humana”.

⁴ Sobre isso: MÉSZÁROS, I (2011).

capitalismo e desenvolver o mercado. As Bases Comunitárias de Segurança ilustram as consequências perversas da degeneração desta forma de práxis.

Emergência do complexo industrial-militar

A crise estrutural do capital será outro fator impulsionador da consolidação de políticas militaristas dentro do Estado-Nação. Como é sabido, “O militarismo desempenha na história do capital, uma função bem determinada. Ele acompanha os passos da acumulação em todas as suas fases históricas” (LUXEMBURG, 1988, p.89) e, no atual momento, não poderia ser diferente.

A taxa de utilização decrescente das mercadorias é algo utilizado pelo capital há muito tempo, mas no período de acumulação flexível do capital, em que as necessidades humanas contam pouco para o desenvolvimento do capital, essa lei tendencial se torna uma das mais importantes e abrangentes do desenvolvimento capitalista:

Deve-se enfatizar que essa tendência (intimamente ligada aos imperativos da expansão do capital) cumpriu funções muito diferentes em fases distintas de tal desenvolvimento. Todavia, a emergência do complexo militar-industrial, baseado na mesma tendência, é uma questão completamente diferente. (MESZÁROS, 2011, p. 675).

É justamente a emergência do complexo industrial-militar “como agente todo-poderoso” (MÉSZÁROS, 2011, p. 675) somado ao baixo tempo de utilização dos produtos militares que irá possibilitar ao capital deslocar as suas contradições internas⁵ e, portanto, irá proporcionar a mudança do caráter das políticas de segurança pública no Brasil.

4- Linhas gerais das novas políticas de Segurança Pública no Brasil

4.1- Segurança Pública Nacional

4.1.1- O PRONASCI

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, criado em 20 de agosto de 2007, ano da reeleição do ex-Presidente Lula, sob a

⁵ A saber: 1. A produção e o controle estão radicalmente separados entre si e diametralmente opostos; 2. a produção e o consumo adquirem uma independência e uma existência separada; 3. contradição entre produção e circulação

responsabilidade do Ministério da Justiça⁶, tem como objetivo tratar do “tema da segurança pública sob um viés social e humanista que, sem se olvidar dos aspectos repressivos, possa priorizar os aspectos preventivos.” (BRASIL, 2007)

De acordo com a medida que institui o Programa, o PRONASCI se apresenta como um marco divisório na área de segurança pública. Isso porque, antes de 2007, o Estado brasileiro enfrentava os problemas dessa área “por meio de políticas essencialmente repressivas, intensificando as ações policiais, construindo novos presídios e aumentando o tempo de encarceramento.” (BRASIL, 2007).

O PRONASCI é “composto por 94 ações, que envolvem a União, estados, municípios e a própria comunidade” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010). Algumas ações se destacam, são elas: Bolsa-Formação, na qual será oferecida uma gratificação financeira aos profissionais de segurança pública para estudarem e atuarem junto às comunidades; Formação Policial, qualificação dos profissionais em torno de políticas a partir da utilização de tecnologias não letais –; Mulheres da Paz, que “capacitará mulheres líderes das comunidades em temas como ética, direitos humanos e cidadania, para agirem como multiplicadoras do Programa, tendo como incumbência aproximar os jovens” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010); Projeto, que terá como norte a utilização dos jovens formados pela ação Mulheres da Paz, para serem multiplicadores; Sistema Prisional, o qual apresenta a criação de mais de 40 mil vagas no sistema penitenciário do país, nas quais os jovens terão unidades prisionais diferenciadas; Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública, que contará com a construção de habitações para servidores de baixa renda, a partir do financiamento da Caixa Econômica Federal e por fim, Ministérios e Secretarias Parceiras, como o nome aponta, em parceria do Ministério da Justiça com outras Secretarias e Ministérios, como o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

Na Bahia, um dos Estados que integra o PRONASCI⁷, a materialização dessa *nova forma* de tratar a segurança pública se dá, primeiramente, com a eleição do então Governador Jacques Wagner (PT) em 2007, a criação do PLANESP (Plano Estadual de Segurança Pública 2008-2011) e, posteriormente, com o lançamento do

⁶ Órgão responsável pela implementação das políticas de segurança nacional, para mais detalhes: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA21B014BPTBRNN.htm>

⁷ Estados que integram o PRONASCI: <http://portal.mj.gov.br/pronasci/data/Pages/MJE24D0EE7ITEMID306E59EBED074B93A702ACB0A249141FPTBRNN.htm>

Programa Pacto pela Vida em 2011. O PLANESP “apresenta a política de segurança pública do atual governo, consolidando suas diretrizes e principais ações até 2011, que já vêm sendo implantadas desde o início desta gestão.” (PLANESP, 2008, p.2).

A estratégia definida no plano para se combater a violência no estado se dará através da:

[...] Implementação de ações preventivas intra e interinstitucionais e ações repressivas, que considera também as diretrizes do Governo Federal através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, reveladas, neste plano, em duas diretrizes: MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR POLICIAL E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA E DA INSEGURANÇA. (PLANESP, 2008, p. 2).

Apesar de ser considerado um Plano inovador, o PLANESP 2007-2011 segue algumas diretrizes tiradas no Seminário de Gestão Estratégica, que resultou no PLANESP 2003-2007, como por exemplo, a missão da SSP-BA – Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia – que continua sendo: “Garantir segurança pública à sociedade e às instituições, contribuindo para a promoção da paz social”.

A síntese desse processo na segurança pública nacional (PRONASCI) e estadual (PLANESP) é o Pacto pela Vida, que será analisado com maiores detalhes no próximo tópico.

O Programa Pacto pela Vida

Pacto pela Vida é um Programa de Estado lançado, oficialmente, em seis de junho de 2011, pelo Governo da Bahia, se inserindo num pacote de ações na área da Segurança Pública, “que envolve a articulação entre sociedade, Ministério Público, Defensoria Pública e poderes Judiciário, Legislativo e Executivo Estadual, Federal e Municipais” (SECOM, 2011).

A liderança do Pacto “é feita diretamente pelo Governador da Bahia, que dirigirá esforços de 13 Secretarias de Estado, com o objetivo principal de reduzir os índices de violência, com ênfase na diminuição dos crimes contra a vida e contra o patrimônio” (PACTO PELA VIDA, 2011, p.2). A elaboração do Programa pacto pela vida se deu a partir da observação de:

[...] experiências consideradas exitosas, como nos estados de Pernambuco (gestão), Rio de Janeiro (Unidades de Polícia Pacificadora), São Paulo

(Departamento de Homicídios) e Ceará (Ronda no Quarteirão), além de Bogotá e Medellín, na Colômbia. (SECOM, 2011)

O Programa segue os princípios do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública) e do PRONASCI, além de resoluções das Conferências Estaduais e o “modelo de gestão surgido da consultoria do INDG⁸ ao Governo da Bahia no período de 2008 a 2010”. (PACTO PELA VIDA, 2011, p2). O novo modelo de gestão se dá a partir da utilização de novos conceitos, como as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs):

Uma unidade territorial de implementação de planos integrados de ação das polícias civil e militar, para a prevenção e combate à criminalidade, e que possibilita o monitoramento eficaz dos procedimentos. (PACTO PELA VIDA, 2011, p.3).

As metas de redução de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) – compostos por roubo a ônibus, a casas comerciais, a residências, a transeuntes e a veículos – serão definidas de acordo com as especificidades de cada AISP.

São nas AISPs que serão realizados os projetos e ações do Programa⁹ como: a prevenção social; ações de enfrentamento ao crack e outras drogas; a meritocracia para as polícias e, finalmente, as Bases Comunitárias de Segurança.

Por ser considerado o aspecto mais visível da política de segurança pública nacional e estadual, as AISPs serão analisadas através do caso específico da Base Comunitária de Segurança do Calabar; porém, cabe aqui, uma reflexão anterior sobre o significado real e o chão social da concepção que gera as políticas de segurança pública com cidadania.

Materialização e impactos no território: a Base Comunitária de Segurança no Calabar

A recente política, mas não inédita, possui marcadamente uma conotação espacial e, portanto, se faz necessário discutirmos suas implicações nos territórios

⁸ INDG é o Instituto de Desenvolvimento Gerencial, que presta consultorias (privadas) em diversas áreas, tais como: educação, saúde e, no nosso caso, segurança pública. Para este Instituto, a solução da segurança pública na Bahia está na mudança de gestão e no estabelecimento de um sistema de metas e no acompanhamento dos indicadores mais impactantes: latrocínio, homicídio, roubo em rua e de veículos. Ver mais: <http://www.indg.com.br/>. Esse processo evidencia claramente a parceria pública-privada que caracteriza a fase neoliberal do capitalismo.

⁹ Disponível em: <http://www.pactopelavida.ba.gov.br/pacto-pela-vida/o-que-e/>

implantados. Entendendo território aqui como sendo histórico e, portanto, o resultado e reflexo das relações sociais típicas da sociedade estruturada em classes e, no nosso caso, do modo de produção capitalista.

Como se sabe, o Brasil possui peculiaridades no que tange a urbanização¹⁰, todos eles resultados do processo de desenvolvimento social interno e do desenrolar da economia capitalista mundial, tendo como consequência o seu *status* de país exportador de commodities na divisão internacional do trabalho.

Nesta seção do texto iremos tecer comentários acerca da Base Comunitária de Segurança localizada em um território de uma cidade num país emergente, no contexto do capitalismo: o Calabar.

A Base Comunitária de Segurança é definida oficialmente como sendo:

*[...] uma ferramenta de policiamento comunitário com o objetivo de promover a convivência pacífica em localidades identificadas como críticas, melhorando a integração das instituições de segurança pública com a comunidade local e reduzindo os índices de violência e criminalidade.*¹¹

E vem ocupando, atualmente, 4 AISPs da cidade de Salvador (Figura 3): AISP1, AISP 6, AISP 16 e AISP 13, nos respectivos territórios do Calabar; Complexo do Nordeste de Amaralina, Fazenda Contos e Tancredo Neves¹². Sendo que no território do Tancredo Neves, ao invés de uma Base Comunitária de Segurança (BCS), encontra-se a Casa da Cidadania¹³, que integra o projeto “Território da Paz”.

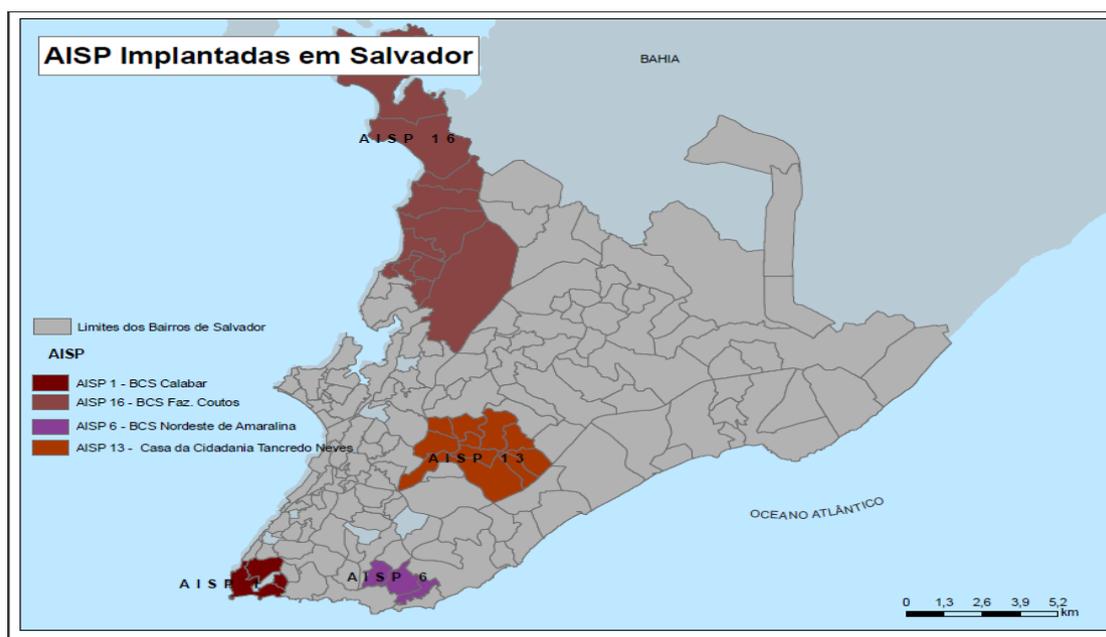
¹⁰ Há uma literatura extensa sobre o processo de urbanização nos países dependentes. No Brasil, com suas especificidades: CARVALHO, E; SANTOS, M; SPOSITO, M; CARLOS, A...

¹¹ Disponível em: <http://www.pactopelavida.ba.gov.br/pacto-pela-vida/o-que-e/>

¹² A Base Comunitária do Calabar foi inaugurada em 27/04/2011, 5 meses depois foi invadido o Complexo do Nordeste de Amaralina, posteriormente, em 23/12/2011, realizou-se a inauguração da Casa da Cidadania no Tancredo Neves e em 16/1/2012, a BCS do território Fazenda Coutos.

¹³ Apesar de não ser um programa relacionado diretamente as Bases, consideramos importante nesse trabalho, pela ocupação territorial da polícia militar de modelo comunitário.

Mapa 1– Áreas Integradas de Segurança Pública, Salvador



Fonte: Pacto pela Vida, 2011
Elaboração: Paula Regina, 2012

O Calabar se localiza na área central da cidade de Salvador e está inserido na região administrativa VI- Barra/Ondina, na macroárea Lucaia/Costeira na UDH 9 (Unidades de Desenvolvimento Humano). Segundo o Censo do IBGE de 2000, possui uma população de 6,3 mil habitantes fazendo fronteira com os bairros: Alto das Pombas, Barra, Ondina e Federação.

Aqui, a materialização dessa política de segurança pública com cidadania se dá em duas principais frentes: 1) a vinculação da comunidade e da sua Associação de Moradores física e espiritualmente com a BCS, através do ideário da participação popular; 2) a valorização imobiliária sofrida pelos bairros próximo e no território pós instalação da BCS. Consequências relacionadas a tentativa, como nos diz Harvey (2006), do Estado preencher certas funções básicas para que o capitalismo se reproduza como sistema contínuo. Ressaltando o papel que o planejamento territorial vem tendo em facilitar o “amoldamento” dos territórios, já que: “sem o planejamento teria sido impossível atingir-se uma intromissão tão rápida e brutal do grande capital [...]” (SANTOS, 2003, p. 13) em determinadas áreas.

Em seu livro “A justiça social e a cidade”, nas formulações liberais, David Harvey nos traz um importante conceito, o de justiça social, que em sua definição casa-se muito bem com o conceito de cidadania trazido pelas BCS: “A justiça social é uma aplicação particular de princípios justos e conflitos que surgem da

necessidade de cooperação social na busca do desenvolvimento individual” (HARVEY, 1980, p.82). Envolvidos nesse espírito de cooperação social e participação popular¹⁴, os gestores da BCS, convocam a Associação de Moradores Unidos do Calabar para se unir em torno do programa de policiamento comunitário.

Com o processo de cooptação da maioria das entidades populares, a Associação do Calabar não se subtrai. O acordo é firmado e agora, as ações deste movimento popular passam a ser vinculadas com as atividades da Base Comunitária de Segurança. O primeiro sintoma se manifesta na reforma da sede da Associação, “feita voluntariamente por um empresário da construção civil”,¹⁵ e na posterior divisão do prédio desta com a BCS. Segundo matéria oficial do Pacto pela Vida (2011):

O prédio foi totalmente reformado para abrigar, simultaneamente, as atividades policiais e sociais. A base conta com sala de aula, de treinamento, um centro digital de cidadania para uso da população, alojamento e um espaço de videomonitoramento, nele é possível acompanhar em tempo real, através de 7 câmeras espalhadas pelo Calabar e Alto das pombas, a rotina dos bairros.

Desde a simbiose (polícia e associação), para que se tenha acesso às atividades sociais é necessário que se possua um cadastro com os policiais comunitários, chefiados pela Capitã Maria Oliveira. Ou seja, o primeiro sinal dessa cooperação é a perda de autonomia da Associação.

Quando questionada sobre esse ocorrido, uma das lideranças do Calabar afirma:

São de extrema importância a presença e ocupação do Estado no nosso bairro. Achemos que o Governo do Estado foi muito gentil em reformar a nossa sede e nos convidar para compor a ouvidoria do Pacto pela Vida. É assim que se constrói a cidadania com mais participação popular e apoio as comunidades vulneráveis. Para isso é necessário que a comunidade ceda também, ne? (Entrevista, 2011)

Além do cursinho preparatório para o vestibular, o Estado vem investindo em atividades que tenham relação com a identidade do local e que, da divisão social do trabalho se configuram como manual. São eles: corte e costura, segurança,

¹⁴ A participação popular geralmente serve como medida do nível de cidadania e democracia existentes em um determinado território nacional.

¹⁵ Palavras do Governo Jacques Wagner na inauguração da Base Comunitária de Segurança. A noção de parceria público-privada que busca atrair “fontes externas de financiamento” (HARVEY, 2006, p.172) é uma característica do que o Harvey (2005) denomina de empreendedorismo urbano.

atendente, telemarketing e outros, tornando os moradores do Calabar mais competitivos no mercado de trabalho.

O Geógrafo David Harvey identifica tais características como sendo características do empreendedorismo urbano; nas suas palavras: “O empreendedorismo urbano se enreda, nesse caso, como a busca da identidade local, e, como tal, abre um leque de mecanismos para o controle social” (HARVEY, 2006, p.185).

Pela noção equivocada de se ter como horizonte a conquista de cidadania, e não o fim da submissão do trabalho ao capital, o discurso de uma “polícia da paz” se torna incoerente com a própria realidade, já que, em nenhum momento, o pacto de cidadania (como querem os bem intencionados) envolveu os representantes do capital, que se beneficiam do ideário da paz para controlar as populações indóceis e exercerem suas políticas de melhor circulação das mercadorias (incluindo aqui a força de trabalho) e reprodução do capital.

Entra-se aqui na segunda questão: a valorização imobiliária ocorrida na área. Após a implantação da BCS, bairros próximos ao Calabar começaram a ter seus imóveis valorizados, é o que nos diz Francisco Silva, corretor imobiliário:

A UPP¹⁶ no Calabar valorizou os imóveis na área. A Barra, a Ondina e a Federação tiveram um aumento nos preços, principalmente de venda e aluguel de apartamentos. A situação fica melhor em épocas do carnaval, esse ano chegamos a alugar vários apartamentos por R\$ 6.000,00 com a propaganda ser um local seguro. (Entrevista, 2012).

É necessário destacar que tanto o Calabar quanto o Alto das Pombas são bairros que historicamente lutam para permanecer no centro da cidade e que inúmeras tentativas de desapropriação foram feitas e o processo de mobilização encabeçado pelo JUC (Jovens Unidos do Calabar) e posteriormente pela Associação de Moradores Unidos do Calabar foram determinantes para a permanência destes, como nos mostra a seguinte notícia do Jornal A Tarde de 30 de dezembro do ano 2000: “Não somos bem-vistos por aqui. A especulação imobiliária tem sido grande e, para nos mantermos onde estamos, resistimos a pressões de todos os lados.”, (A Tarde, 2000).

¹⁶ Unidade de Polícia Pacificadora, similar da Base Comunitária no Rio de Janeiro e experiência brasileira mais conhecida de policiamento comunitário.

Além dos bairros vizinhos, a valorização imobiliária no próprio bairro cresceu. Em entrevista a um morador que aluga casa na área isto fica claro: Em 2010 eu alugava essa casa por R\$300,00, depois da Base eu alugo por R\$550,00, isso porque eu sei que não é fácil pagar uma casa, mas tem amigo meu que tá alugando a casa por 600, 700 reais. As pessoas voltaram a procurar casas aqui e no Alto das Pombas. (Entrevista, 2012).

Portanto, a política adotada em escala federal e estadual favorece a reprodução ampliada do capital. A confusão teórica que gerou o fenômeno PT se degenerou, hoje, no mais puro reformismo sendo materializado nos territórios através de políticas que além de não solucionar os problemas inerentes ao atual sistema, não apresentam soluções viáveis para além da alternativa de convivência com a exploração e desumanidade¹⁷.

A inviabilidade dessa alternativa é sentida na escala urbana, na qual o capital imobiliário, em Salvador, há muito vem crescendo e ditando políticas públicas urbanas, tendo a sua maior expressão no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – o PDDU – e, recentemente, na aprovação da Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo – a LOUOS. Sem levar em conta que “sob o capitalismo, o amplo leque das práticas de classe, em associação com a circulação do capital, a reprodução da força de trabalho e das relações de classe e a necessidade de trabalho permanecem hegemônicas” (HARVEY, 2006, p. 170), não será possível romper com o caos instaurado nas cidades, nos estados, nos países e no mundo.

À guisa de conclusão

Diante do que foi exposto no presente trabalho, fica claro a relação da Base Comunitária de Segurança implantada recentemente na Bahia com as políticas de segurança pública previstas em âmbito nacional, através do PRONASCI. Fica também entendido qual o chão social de tal política pública e quais são suas principais problemáticas.

Compreendemos, portanto, que a Base Comunitária de Segurança é uma forma de controlar as populações locais, valorizar o solo urbano e reproduzir a atual

¹⁷ Exploração e desumanidade como adjetivações ao modo de produção capitalista.

lógica perversa. A grande diferença dessa política com as anteriores é que essa está sendo gerida por aqueles que outrora queriam extirpar a pobreza do mundo.

Gostaríamos de chamar atenção, ao final desse trabalho, para a ineficiência da concepção de democratizar ou humanizar o capital, já que o mesmo é ontologicamente incontrolável. Nos estudos urbanos tais conclusões devem nos fazer pensar sobre a possibilidade de existência das esferas participativas sob a égide do capital e o papel que o Estado vem desempenhando no acirramento e conformação das desigualdades sociais, materializadas no espaço urbano (e agrário).

É necessário que o horizonte da emancipação humana seja novamente colocado na ordem do dia e que, os esforços dos estudiosos e militantes comprometidos com as camadas exploradas sejam intensificados no sentido de um rompimento radical com a ordem estabelecida.

Recolocar tal horizonte significa dizer que não será a radicalização da cidadania ou a maior participação popular que trará o fim das desigualdades sociais, mas sim uma ofensiva que consiga superar o modo de produção capitalista. Precisamos pensar a longo prazo para que os problemas de segurança, de moradia, de transporte e tantos outros sejam gestados a partir de uma outra lógica social, uma outra sociabilidade. Uma sociabilidade verdadeira humana, igualitária, solidária e livre.

REFERÊNCIAS

Brasil. **Lei nº 11.530**, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm>. Acesso em: 08/07/2012.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo, SP Hucitec, 1980. 291 p.

_____, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo, SP: Annablume, 2006. 251 p.

LESSA, Sérgio. **A situação do marxismo no Brasil**. Disponível em:<http://www.sergiolessa.com/artigos_92_96/marxismo_brasil_1996.pdf>. Acesso em: 20/05/2012.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MESZAROS, Istvan. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011. 1102 p.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **O que é o Pronasci**. 2010. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/pronasci/data/Pages/MJE24D0EE7ITEMIDAF1131EAD238415B96108A0B8A0E7398PTBRNN.htm>>. Acesso em: 18/09/2011.

PANIAGO, Cristina. O controle do capital: uma impossibilidade objetiva. **Serviço Social e Sociedade**. Nº64. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <http://www.cristinapaniago.com/Textos_bak/O_CONTROLE_DO_CAPITAL.rar>. Acesso em: 5/04/2012.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta de princípios**. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/arquivos/cartadeprincipios.pdf>>. Acesso em: 08/07/2012.

POULANTZAS, Nicos Ar. **O estado, o poder, o socialismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000. 307 p.

PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA. **Curso internacional de multiplicador de polícia comunitária – Sistema Koban**. 3. edição.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2003.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Plano estadual de segurança pública. Bahia, 2008.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA BAHIA. **Governo da Bahia lança oficialmente o Programa Pacto pela Vida**. [Salvador], 2011. Disponível em: <<http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2011/06/06/governo-da-bahia-lanca-oficialmente-o-programa-pacto-pela-vida>>. Acesso em: 6/06/2011.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Pacto pela Vida. Bahia, 2011.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. 2001. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, Brasil. 2001

_____, Ivo. A propósito de “Glosas Críticas”. In: MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____, Ivo. **Socialismo e Democracia.** Disponível em:
<http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/socialismo_e_democracia.pdf>. Acesso
em: 19/11/2011.